



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



TAYANE PEREIRA FERREIRA

**GESTÃO ESCOLAR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTÁGIO NÃO
OBRIGATÓRIO REMUNERADO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

TRÊS LAGOAS – MS

2025



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



TAYANE PEREIRA FERREIRA

**GESTÃO ESCOLAR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTÁGIO NÃO
OBRIGATÓRIO REMUNERADO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como exigência parcial para a conclusão do
curso de Licenciatura em Pedagogia,
Campus de Três Lagoas, da Universidade
Federal de Mato Grosso do Sul, sob
orientação da Prof.^a Dra. Rozemeiry dos
Santos Marques Moreira

TRÊS LAGOAS – MS

2025



GESTÃO ESCOLAR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO REMUNERADO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Tayane Pereira Ferreira¹
Rozemeiry Dos Santos Marques Moreira²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de gestão escolar relacionado ao atendimento formativo do estagiário remunerado em duas escolas públicas, localizadas no município de Três Lagoas (MS) e em outra escola no município de Andradina (SP). Elege como ponto específico o estágio não obrigatório remunerado, entendido como componente extracurricular nos cursos de graduação e com forte incidência na prática docente para a Educação Infantil e salas inclusivas. Com base em pesquisa qualitativa, utilizando-se da abordagem documental, analisa os marcos legais e normativos de instância institucional anuente e concedente relativos aos estágios e a relação com a formação e trabalho docente destacando a dimensão do estágio como ato educativo e formativo. Evidencia que o estágio não obrigatório remunerado, enquanto dimensão teórico-prática, é fundamental para o processo formativo educativo, no entanto, pode se constituir em exploração da força de trabalho dos estagiários quando não observados os requisitos necessários para acompanhamento, planejamento e desenvolvimento das atividades relacionadas ao estágio nas instituições de ensino.

Palavras-Chave: Gestão Escolar. Estágio não obrigatório. Formação de professores.

¹ Estudante do Curso de Pedagogia/CPTL/UFMS

² Profa. Dra. do Curso de Pedagogia/CPTL/UFMS e orientadora da pesquisa



INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa surge da seguinte indagação: a gestão escolar oportuniza aos estagiários condições para a participação nos segmentos da estrutura organizacional da escola em prol de seu processo formativo?

Ainda que, a escola se constitui em espaços de contradições, diferenças e de encontros de múltiplas tendências teóricas, formações e grupos sociais com diferentes culturas cabe a gestão escolar criar condições para a realização das ações pedagógicas. Neste sentido, elegeu-se como objetivo analisar o processo de gestão escolar e seu atendimento ao estagiário remunerado em duas escolas públicas, localizadas no município de Três Lagoas (MS) e a outra escola no município de Andradina (SP). Visando compreender o contexto em que os estagiários se encontram desvelando em especial, suas relações na formação de professores.

Segundo Bordgnon e Gracindo (2006), a gestão escolar é um processo político e administrativo contextualizado, por meio do qual organiza, orienta, viabiliza a prática social da educação na escola. Sua principal finalidade é a de transformar metas e objetivos em ações, de modo a concretizar as direções traçadas pelas políticas educacionais no contexto da prática.

A gestão da escola está vinculada ao sistema de ensino pelo documento normativo do Regimento Escolar para o desenvolvimento do processo democrático do ensino e da aprendizagem, bem como pelo documento Projeto Político-Pedagógico para garantir a proposta política pedagógica do referido sistema. Tais documentos asseguram a política pedagógica do sistema de ensino pela gestão escolar de todo processo educativo, o acesso, a permanência e a participação da comunidade escolar externa e interna, com base nos direitos igualitários, transparência e colaboração quando se trata na busca da finalidade da oferta da educação escolar.

Para tanto, é assegurado que todos os segmentos e respectivos setores da escola sejam contemplados por um clima organizacional, isto é, o ambiente escolar se torne harmonioso em busca de conhecimentos resultando em colaboradores, que se sintam pertencentes ao meio, que tenham comprometimento pela atividade e como consequência, o prazer de estarem no local em que trabalham. Em especial, aqueles que pertencem ao quadro externo da escola, a exemplo: as famílias dos alunos, estagiários, organizações que representam a comunidade no geral e demais entidades que se localizam, preferencialmente, perto do espaço geográfico em que a escola se localiza.



Pensar sobre a gestão escolar e as condições oferecidas para a realização de estágio na escola, é compreender sua contribuição no processo de formação docente firmados pelo compromisso tanto da anuência da instituição de ensino formadora, quanto da concedente da instituição de ensino que recebe os estagiários.

A hipótese da pesquisa está se, a gestão escolar oferece condições de participação do estagiário remunerado para atuar como auxiliar nas atividades da docência nos espaços da escola, especialmente os estudantes dos cursos de graduação em Pedagogia na perspectiva de compreender a formação do trabalho docente. Diante do exposto, vale ressaltar que no trâmite desta pesquisa entende-se, por estágio remunerado, toda atividade educativa escolar supervisionada, regulamentada pela Lei n.º 11.788/2008 com concessão de bolsa ao estagiário.

A presença de estagiários entendida como parte da comunidade externa no ambiente escolar, representa uma oportunidade para o futuro professor em viver a escola em toda a sua amplitude da aprendizagem, compreensão analítica sobre o contexto escolar, de forma a aprender sobre a futura profissão, compromisso ético e a contribuição na evolução das práticas pedagógicas na escola (França, 2005).

De modo que, a relação dialógica sobre a proposta e prática realizada pelo estagiário precisa ser orientada e supervisionada por ambas as instituições, afinal o estagiário é o estudante da instituição formadora. E, na escola estagiada o estagiário encontra-se em processo de formação profissional, que precisa de acompanhamento e orientação, sem substituir o lugar de outro profissional.

Para melhor compreender essa relação em contexto escolar, a pesquisa propõe durante seu desenvolvimento responder questões como: Como se estabelece a relação entre gestor escolar e estagiário remunerado? Os documentos oficiais da escola tais como Regimento Escolar e Projeto Político - Pedagógico contemplam este atendimento? Quais condições formativas são oferecidas para o estagiário remunerado? Como se estabelece a relação entre a instituição formadora e o estagiário remunerado? Há diálogo entre as instituições para o delineamento da formação durante o estágio remunerado?

O processo pela busca de respostas se desenvolveu por meio da pesquisa qualitativa com estudos de duas escolas públicas do sistema municipal de educação. Inicialmente, foi realizado o levantamento de dados de pesquisas já realizadas sobre a temática, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no portal da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), demais fontes de análises documentais e bibliográficas sobre gestão escolar e



estágio remunerado. Também a pesquisa utilizou entrevista semiestruturada dos gestores das escolas e da representação da Comissão de Estágio (COE) do Curso de Pedagogia do campus de Três Lagoas (CPTL/UFMS).

O trabalho está organizado em três seções que se completam: na primeira seção, discute-se a importância da Gestão Escolar para realização do estágio; na segunda seção aborda-se o Estágio Não Obrigatório; por fim, discutem-se os princípios que norteiam uma Gestão Democrática e Estágio Não Obrigatório Remunerado na efetivação de parcerias para a formação docente.

Enfim, o estudo pretendeu destacar a importância da gestão escolar em oportunizar condições diálogo entre as instituições para o delineamento da formação durante o estágio remunerado e experiências da prática docente do estagiário, por meio de participação das ações pedagógicas realizadas na e pela escola.

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E A COMUNIDADE EXTERNA DA ESCOLA

O termo gestão refere-se ao ato de interpretar e materializar o texto das políticas educacionais em práticas, que se desenvolvem na escola comprometidas com a formação cidadã de todos os envolvidos. Segundo Ferreira (1999, p. 1241), a gestão impõe ao gestor “[...] um compromisso de quem toma decisões, de quem tem consciência do coletivo, de quem tem responsabilidade de formar seres humanos por meio da educação”. Para isso, o gestor precisa de organização da estrutura de trabalho e tomar decisões pontuais sobre o mesmo.

Uma das competências do gestor escolar é saber comunicar para o coletivo sobre a função que cada um desempenha em relação à finalidade da escola. Silvestre (2016), relata que a composição da gestão no meio educacional, é como se fosse a lógica de um jogo de xadrez no qual cada um (sujeito) tem seu papel designado e ações que somente ele pode realizar. No entanto, assim como no jogo, para que o objetivo final se concretize, é essencial a participação de todos uma vez que cada um ali presente, são dependentes uns dos outros, se tornando um quadro educacional interdependente, visando o bom funcionamento escolar, pois:

Cada um tem uma função específica na instituição escolar, mas todos são importantes e necessários para o seu funcionamento. Por se tratar de pessoas e não de peças, nem sempre o trabalho de cada um é colocado em relação ao do outro porque há uma fragmentação entre os que pensam e os que executam que é histórica e decorrente da organização social capitalista. No entanto, este



trabalho, orquestrado ou não, produz a escola pública. Assim, o grande desafio de uma gestão que se pretende democrática é colocar essa relação em movimento, isto é, criar o debate para que cada um se perceba parte integrante e desvele a interdependência existente entre as suas ações no interior da escola. Cabe ao gestor organizar processos de construção de um coletivo em que cada um se reconheça e, ao se reconhecer, consiga compreender a importância de seu trabalho para a construção de uma escola pública de qualidade (Silvestre, 2016, p. 85)

Nesse entendimento, é possível afirmar que gestão escolar se caracteriza como atividade social inserida numa determinada sociedade, absorve as características desta realidade e reflete-as em seu cotidiano de organização prática com a finalidade educativa.

Ressalte-se que, a gestão escolar democrática embora tenha sua discussão iniciada anteriormente a década de 1980, a democratização do ensino público foi instituída somente pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), em seu Art. 206, inc.VI, gestão democrática do ensino público na forma da Lei e mais tarde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394 de 1996 (LDB/1996) regulamentou no Art. 3º, inc. III a gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino. Ou seja, em relação ao Inc.III, o modelo de gestão escolar implica também em leis e práticas formuladas pelos respectivos sistemas de ensino em que a escola se encontra.

O respeito do gestor escolar pela especificidade da localização da escola e pelo clima organizacional assegura maior participação da comunidade e, sobretudo nas decisões do Projeto Político-Pedagógico da escola (PPP), bem como a participação da comunidade institucional e local nos conselhos de escola. Entende-se, que esses elementos garantem, estrategicamente os princípios democráticos pela autonomia das decisões dos que fazem parte da escola. Pois, acredita-se que,

A educação escolar realiza sua finalidade tanto na dimensão individual, no espaço das consciências humanas, quanto na dimensão social, pois vive e se realiza no espaço coletivo, na relação com o outro, em um tempo e espaço determinados. [...]Assim, a finalidade da escola, nos regimes democráticos, se fundamenta na concepção de homem histórico, autônomo e livre, vivendo solidariamente entre iguais num espaço e tempo determinados (Bordignon e Gracindo, 2006, p. 154.).

De fato, a finalidade da escola sob o modelo de gestão democrática requer entender o espaço escolar como centro de vivências do trabalho com práticas coletivas para a construção do conhecimento, é também reconhecer a contribuição da comunidade externa da escola, por exemplo: a presença do estagiário enquanto sujeito em busca da formação profissional em sua



plenitude e que também colabora nesse espaço.

Assim, à medida que a gestão escolar deixa de ser considerada como uma prática neutra, sua contribuição para um ensino de qualidade torna-se crucial e efetiva, bem como a qualidade da formação dos sujeitos que dela fazem parte. Dentro de uma articulação mais ampla entre a gestão escolar e estagiário insere as próprias finalidades política pedagógica da escola, oferecendo o apoio, orientação e aprendizagem sobre a docência.

Ao pensar sobre participação em contexto de gestão escolar implica em considerar que as atividades realizadas na escola são práticas sociais, que refletem intenções e ações dentro de um contexto específico, sob o prisma da cultura e política da educação. É essencial, que a gestão e todos os sujeitos colaboradores da escola possuam informações gerais sobre os alunos, do desempenho escolar dos mesmos, de suas famílias e suas residências e demais fatores interferentes ao processo do desempenho e rendimento escolar e com oportuniza para que possam observar, acompanhar, intervir sobre o processo ensino e aprendizagem. Sendo assim, o entendimento da realidade da comunidade escolar se dá através de um diálogo contínuo, permitindo que a escola se alinhe com as expectativas da família sobre o trabalho pedagógico.

Portanto, a comunidade escolar interna e externa desempenha um papel importante no dia a dia da escola, quando a gestão escolar é compreendida como atividade social e inserida numa determinada sociedade, com características desta realidade que reflete em seu cotidiano de organização prática.

Ainda, a gestão escolar tem sua interface com o trabalho docente com significados para assegurar o acesso e permanência com qualidade para todos, isto é: alunos, professores e demais profissionais. Com isso, o perfil do gestor escolar segundo Santos (2016), é o do compromisso em criar condições de participação receptiva e adaptável do professor nas interações entre a escola e a comunidade. Ele é responsável por criar um ambiente favorável ao fortalecimento coletivo das relações e da atualização do Projeto Político-Pedagógico às exigências da sociedade em que se encontram os alunos para, e só assim assegurar a superação e ou transformação pela educação escolar.

Neste cenário, o Conselho Escolar emerge como uma ferramenta importante para possibilitar a participação democrática, por meio das normas regentes de cada sistema de ensino, sendo formado por representantes de vários segmentos para o planejamento das questões pedagógicas, administrativas e financeiras da instituição. Neste contexto, a presença do estagiário é de envolvimento para observar o processo de ensino e aprendizagem e das



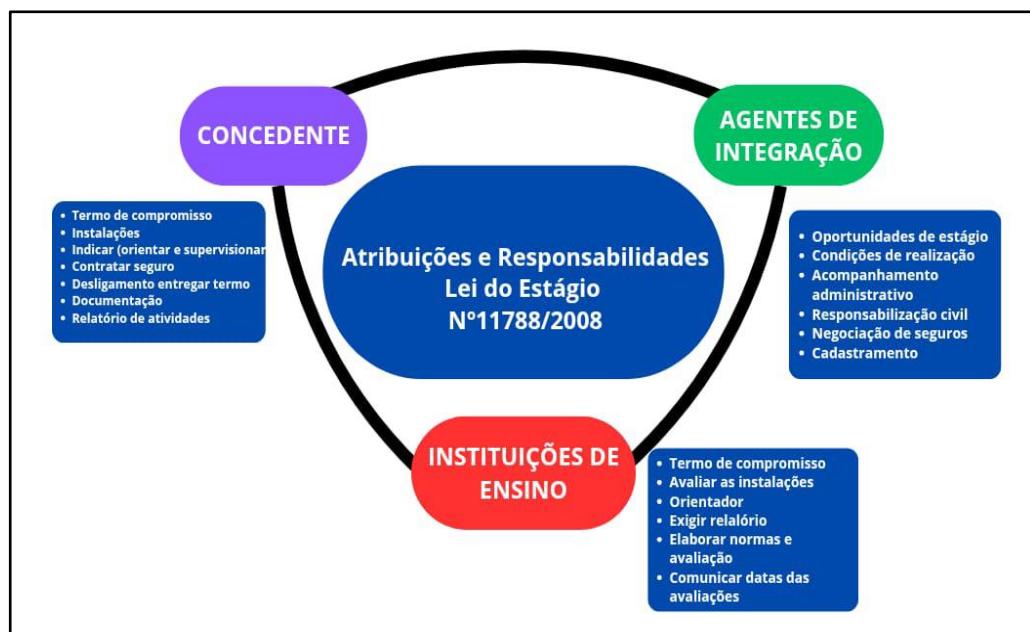
relações que perpassam entre a teoria e a prática real.

ESTÁGIO E AS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO DOCENTE

O primeiro registro formal da prática de estágio no Brasil remonta a 1942, com a promulgação do Decreto-Lei nº 4.073, que estabelece a Lei Orgânica do Ensino Industrial, constituindo os fundamentos para a estrutura e regulamentação do ensino nesta área, equivalente ao nível secundário.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n. 9394/96, regulamenta a integração entre teoria e prática como um dos pilares da formação de profissionais da educação, enfatizando que essa conexão deve ocorrer por meio de estágios e formação contínua (cf., Art.61, inc. II do parágrafo único).

Outras legislações relevantes ao estágio incluem a Lei N° 11.788/2008, que regulamenta o estágio de estudantes conforme evidencia a figura 1 :



Fonte: elaborado pela pesquisadora com base na Lei 11788/2008)

A fundamentação teórica e legal de estágio e as orientações dadas ao estagiário tanto pela escola concedente e escola anuente, nem sempre se confirmam em diálogo, parceria e constantes orientações ao estagiário, quando se considera que o estágio deve ser realizado por “um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos” (BRASIL, 2008).



Outras leis regulamentam o estágio entre essas a Lei N° 8.069/1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, especificamente nos artigos 63, 67 e 69, que tratam da proteção dos educandos; o Art. 405 do Decreto Lei de 1942 que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e determina cuidados essenciais para a promoção da saúde e prevenção de doenças e acidentes, considerando os riscos associados ao ambiente e à organização do trabalho. Ainda a Deliberação Nº 02/2009 do Conselho Estadual de Educação e a Instrução N° 006/2009-SUED/SEED que normatiza a prática de estágio remunerado.

A Instrução Normativa n.º 213, de 17 de dezembro de 2019, estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec quanto à aceitação de estagiários de nível superior nas modalidades graduação e pós graduação, ensino médio e de educação profissional. Conforme o Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, da modalidade, da área de ensino e do projeto pedagógico do curso em que o aluno se encontre matriculado.

De modo geral, o estágio é firmado por acordo jurídico de estágio de estudantes no Brasil, complementando a educação formativa e supervisionada que integra o projeto pedagógico tanto do curso quanto da instituição estagiada, sem criar com isso, o vínculo empregatício. Tem como objetivo formativo tanto o estágio obrigatório quanto não obrigatório, não deve ser confundido como treinamento, ou assumir responsabilidades de profissionais já habilitados, pois o estágio é uma categoria da formação em processo do estudante como futuro profissional.

Libâneo (2002) orienta que a formação docente exige articulação entre teoria e prática, sendo o estágio um componente indispensável nesse processo. Nesse entendimento, tanto o estágio obrigatório quanto não obrigatório devem ser configurados a princípio como pesquisa, por apresentar conhecimento científico ao estagiário, para que tenha condições de olhar, observar a formação profissional e o contexto que se deseja atuar e ser.

Pimenta (2012), também reforça que o estágio deve ser um momento formativo do estudante para que consiga compreender e articular, subsidiar a teoria e prática, constantemente, no contexto social em que é desenvolvido o estágio, e para que

[...] mobilize os conhecimentos da teoria da educação e da didática necessários à compreensão do ensino como realidade social, e que desenvolva neles a capacidade de investigar a própria atividade para, a partir dela, constituírem e transformarem os seus saberes-fazeres docentes, um processo contínuo de construção de suas identidades como professores (Pimenta, 2012, p.19).



Não há dúvidas de que o estágio representa a oportunidade de exercer a prática, o que foi aprendido na teoria mediante a uma orientação constante de diálogos entre as instituições formadora e contratante. É um momento de vivência do estudante estagiário ao ambiente em que poderá atuar no futuro, promovendo uma convivência humana mais harmoniosa.

Nesse sentido, Haddad (1997) esclarece que o estágio é a fase em que o estudante interage com a futura prática profissional mediado pelos conhecimentos obtidos na Instituição formadora, adquirindo novas oportunidades de habilidades que facilitarão seu contato com o universo profissional.

Também em Haddad (1997) conclui que, nem sempre há escolas disponíveis para o estágio ao conferir com o número de estudantes para realizarem estágios, e quando essa oportunidade existe, em algumas instituições contratantes os estudantes passam a exercer funções além da especificidade de sua formação e ainda, considerados incapazes de participarem como ouvintes do planejamento escolar, de reuniões e constantemente a gestão escolar autoriza o professor da sala estagiada a transferir responsabilidades ao estagiário para assumir seu papel.

Não há dúvidas, que o estágio se constitui em proposta e espaço cruciais para a formação e desenvolvimento da identidade do professor, uma vez que simboliza um campo de conhecimento que apresenta aos estudantes alguns dos desafios que os professores encontram em sua prática. Tal como afirmam Rausch e Correia (2010) o estágio possibilita ao estudante o desenvolvimento de práticas criativas e transformadoras, de dimensão do comprometimento e da responsabilidade inerentes à formação de professores. Mas tal dinâmica depende da parceria entre instituição formadora e instituição estagiada, independente da modalidade do estágio. Afinal, o que precisa ser levado em consideração é a condição do estagiário ser estudante matriculado em uma instituição formadora.

Pimenta (2011) afirma que o estágio, de um modo geral, não habilita o estudante a compreender a complexidade do funcionamento da escola. Mas, para tanto, a autora recomenda se necessário que o estagiário participe e se envolva em todos os segmentos em que o professor faça parte. Afinal, o indivíduo não se torna profissional apenas por meio do curso ou de estágio, mas mediante ao se comprometer de forma pedagógica a construção de sua práxis.



ALGUNS DELINEAMENTOS NORMATIVOS DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

O delineamento do estágio não obrigatório se faz, entre outros, por não fazer parte da carga horária do curso em que se encontra matriculado o estudante, observando que só faz o estágio não obrigatório se estiver regularmente matriculado no curso da instituição. Esta condição implica em afirmar que a instituição formadora é responsável pela formação do estudante, independente da modalidade do estágio (cf. Lei N° 11.788/2008).

A Instrução Normativa n. 213, de 17 de dezembro de 2019 refere-se ao contrato como um ato de celebração entre as instituições e estagiário por meio do Termo de Compromisso de Estágio - TCE assinados pelo estudante, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino, mediante a supervisão (pela condição de ser estudante estagiário) de um professor orientador da instituição contratante e de ensino e por um supervisor da parte concedente.

O documento em pauta, instrui que no mínimo, a cada seis meses deverá ser elaborado pelo estagiário, um relatório das atividades do estágio realizado e, apresentado à instituição de ensino evidências e dados qualquantitativos das atividades desenvolvidas em atenção ao cumprimento da proposta pedagógica entre as instituições.

De modo geral, a Instrução (2019) refere-se ao cumprimento do direito dos estagiários que tenham contrato com duração igual ou superior a um ano têm direito a 30 dias de recesso, preferencialmente, durante as férias escolares. E, se a duração do contrato for inferior a um ano, o recesso será proporcional e em ambas as situações, independente da remuneração quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação. A desconformidade com a legislação será caracterizada como vínculo de emprego para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária. O estágio deve durar no máximo dois anos na mesma parte concedente, exceto quando se tratar de estagiário com alguma deficiência seu contrato é mais flexível conforme o interesse da instituição concedente.

A contratação de estudantes ocorrerá por meio de processo seletivo, cujos critérios serão estabelecidos em Edital amplamente divulgado, sem vínculo de qualquer natureza, inclusive empregatício e dar-se-á mediante TCE celebrado entre o estudante ou seu representante ou assistente legal, quando for o caso, e o órgão ou entidade, com a interveniência obrigatória entre as instituições de ensino.

Mas, em hipótese alguma, trata-se de uma atividade empregatícia. A empresa e ou instituição contratante define a contratação conforme o curso em que esteja matriculado, compatível ao estágio oferecido por um período de nunca mais que 2 anos, para não vincular



emprego a partir de um Termo de Compromisso entre as partes.

Nesse acordo, a instituição de ensino é reconhecida como empresa contratante, alinhando as atividades para serem executadas devidamente expressa no Termo. Isso assegura que as tarefas realizadas estejam conectadas ao projeto político-pedagógico do curso da instituição formadora.

No entanto, o estágio não obrigatório remunerado é desenvolvido como atividade opcional do estudante e recebe uma bolsa acrescida à carga horária regular e de cumprimento obrigatório, daí o termo não obrigatório e ou remunerado por oferecer uma remuneração em troca do seu trabalho em uma empresa ou organização e ou institucional.

Tal condição, parece ser comum para os estagiários remunerados nas instituições escolares enfrentarem desafios em sua maioria relacionados a demanda de profissionais para o exercício de alguma ação, a exemplo para o acompanhamento de alunos laudados. Visto ser crescente inserção do estudante no mercado de trabalho, mediante o viés teórico e prático de seu curso, em especial para atuarem em Centros de Educação Infantil da Educação Infantil e Escolas Inclusivas na perspectiva da Educação Especial, com a finalidade de substituir a função do professor em sala de aula, de outros fazeres na escola e ou de ser mero acompanhante de alunos que apresentam atendimento especializado.

Isso não é inclusão na perspectiva da educação especial, pois falta as devidas orientações pedagógicas que antecede o acompanhamento, por parte do gestor escolar para que o estagiário possa de fato aprender e exercer as ações específicas para as necessidades especiais do aluno em conformidade a prática do professor regente da sala e da proposta da inclusiva a escola. Também as devidas orientações da organização escolar, da presença do estagiário para observação durante o planejamento com o professor da sala estagiada, de identificação política pedagógica contemplada no PPP da escola.

Como destacam Santos e Silva (2020):

O problema não está no fato de os estudantes trabalharem no atendimento aos alunos PAEE, mas sim em não lhes dar uma orientação e apoio para enfrentar os obstáculos presentes dentro das salas de aulas. Vale ressaltar ainda que ao entrar em uma escola para trabalhar como estagiário, este continua sendo um aluno, um acadêmico, em processo de construção de seu perfil profissional (Santos; Silva, 2020, p.09).



O estágio independente de sua modalidade visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional contextualizado ao currículo, objetivando a complementação do conhecimento do estudante para a vida cidadã e para o trabalho. Portanto, o apoio, o diálogo e demais orientações ao estagiário na instituição escolar deve ter a iniciativa do gestor escolar ao apresentar a realidade do cotidiano da escola, dos sujeitos que atuam na escola e com quem ele será o auxiliar, para que, assim, o estagiário remunerado possa sistematizar experiências, socializar saberes, interagir com as práticas desenvolvidas nesses espaços, o que sem dúvida é proporcionado por este movimento de realização de estágio.

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL: AS PRIMEIRA REFLEXÕES DE MEU VIR A SER PROFESSORA A PARTIR DO ESTÁGIO

Não há dúvidas de que o estágio contribuiu para as minhas reflexões do vir a ser professora. Minha trajetória do vir a ser professor está sendo construída pelas influências, experiências e vivências significativas que estão moldando minha identidade a partir dos saberes e as práticas vivenciadas do meu vir a ser professora. Elas foram positivas outras negativas provenientes de diversas fontes, entre elas a de experiência prática de estágio por possibilitar as primeiras ações da práxis realizadas da relação entre teoria e prática e com ela, as dificuldades e os sucessos vivenciados nesse período, tais como a insegurança ou a primeira conquista ou dificuldades de aproximar dos alunos, que deixam marcas inesquecíveis!

Importante afirmar, que é por meio do estágio que vivenciamos momentos na trajetória da formação inicial, construímos pouco a pouco uma ideia de perfil profissional durante as experiências e a oportunidade de construir o processo sócio-histórico da identidade profissional, visto que,

Somos sujeitos com capacidade de criar e recriar nosso modo de estar no mundo e nele intervir, ou seja, sujeitos de praxis. Nesse sentido, o professor, como qualquer outro ser humano, se produz por meio das relações que estabelece com o mundo físico e social. É pela ação interativa com as dimensões materiais e simbólicas da realidade social em que se encontra inserido, pelas experiências individuais e coletivas tecidas no mundo vivido, que o professor intervém de modo criativo e auto criativo em sua relação com os outros e com o universo do trabalho (Farias, 2009, p. 57-58).



Como podemos observar o professor é formado a partir de suas vivências e experiências, tanto pessoais quanto profissionais, é pensar na reflexão da prática sob uma formação contínua, em que os saberes teóricos ou práticos se transformam e confrontam-se com as experiências como por exemplo, a participação direta em escolas sobre a orientação de um professor, como uma das primeiras formas de contato direto com a profissão.

Isto é, o profissionalismo em construção está focado na formação e na interação com o conhecimento e é assim, as marcas da identidade profissional que se constrói e é construída por meio do processo social, de história de vida, de formação e prática de ensino. Conforme Alves, Sanchez e Magalhães (2013), o processo de formação não se baseia na acumulação de discussões teóricas, mas sim na reflexão sobre a própria prática, além da formação da identidade do professor. Assim, as autoras destacam a relevância do estágio, um período de constante construção e reflexão, para a busca incessante pela aprimoração das ações fundamentadas nas teorias que, por sua vez, se baseiam na prática do profissional.

Por meio de um trabalho de reflexão crítica sobre as práticas e (re) construção contínua de uma identidade pessoal. [...] o estágio se torna um momento de atividade teórico-prática que se apresenta num constante processo de ação reflexão levando a uma ação transformadora (Alves; Sanches; Magalhães, 2013, p. 100-101).

Neste aspecto, é possível considerar que, para alguém se destacar naquilo que faz, é necessário levar em conta as razões que levaram à escolha de certas profissões para suas vidas. Portanto, podemos compreender que a função social do professor é formar indivíduos críticos e independentes, dado que ele está envolvido nas esferas da economia, política e cultural.

O estágio é crucial para adicionar conhecimentos a este período de construção, Lima e Giareta (2020), entendem o estágio e a prática pedagógica como atividades que instrumentalizam a práxis, reconhecendo o professor como um sujeito do saber e um agente de mudança tanto na escola quanto na sociedade. Isso implica uma compreensão da reflexão e da construção do saber como elementos fundamentais na formação do professor.

Assim também percorri e vivenciei momentos, experiências significativas no estágio remunerado, que me marcaram profundamente e contribuíram para minha formação pessoal e profissional. Enfrentei situações desafiadoras, nas quais me senti insegura, sem saber como agir ou a quem recorrer, o que em determinados momentos me levou a pensar em desistir do estágio remunerado.



Como estudante do segundo ano do curso de Pedagogia UFMS/CPTL, iniciei em 2023 o estágio remunerado realizado em uma escola pública na cidade de Andradina-SP, e nele passei por circunstâncias em que me senti pressionada a desempenhar funções das quais não fui orientada pelas instituições anuente e concedente.

Mas enfim cheguei na escola com grande expectativa sobre o ambiente e sobretudo da formação profissional que escolhi a vir a ser. No entanto, o ambiente nada foi acolhedor, houve ocasiões em que não compreendia o que estava acontecendo e não sabia a quem pedir ajuda, uma vez que o gestor escolar se mostrou indiferente a presença de estagiário, não apresentou a escola e a sala em que faria o estágio e como deveria fazer. Também no curso nenhum professor me orientou, é como não ser aluno quando se é estagiário remunerado.

Dentre os diversos e diferentes constrangimentos pelos quais passei foi o de uma reunião com a gestão da escola, eu fui duramente criticada com acusações de que não estava desempenhando corretamente minhas atividades e que precisaria melhorar, pois, no futuro, ao assumir uma sala de aula, poderia enfrentar situações semelhantes às vivenciadas com o aluno laudado que eu acompanhava. Hoje ao refletir sobre a possível configuração de assédio moral pela responsabilização das atitudes do aluno, das quais não fui orientada, uma vez que nem mesmo a escola sabia como lidar com tal situação.

O medo de prejudicar a escola e a falta de apoio institucional me impediram de relatar o ocorrido à universidade e com quem buscar a devida orientação. Diante de todo esse contexto, acabei desistindo do estágio remunerado, refletindo posteriormente sobre a importância de uma orientação adequada das instituições (formadora e contratante) e do acolhimento principalmente pelo gestor escolar ao estagiário durante sua trajetória formativa.

METODOLOGIA E OS CAMINHOS PERCORRIDOS DA PESQUISA

Pimenta (2011) considera o estágio como sendo o momento único da formação docente a partir de algumas questões que as instituições e o estagiário precisam ter conhecimento, entre essas: “O que é estágio? Um rito de iniciação profissional? Uma estratégia de profissionalização? Conhecimento da realidade? Momento de colocar na prática a teoria recebida? Um treinamento?” (Pimenta, 2011, p. 14). A busca por respostas foi a motivação da pesquisa, por ter vivenciado períodos como estagiária remunerada, dos quais algumas perguntas acima não foram respondidas, esclarecidas, ainda hoje, certamente para muitos estagiários.



Para o desenvolvimento da pesquisa, buscou-se abordagem qualitativa para entender fatos sociais em sua totalidade, levando em conta as percepções, significados e vivências dos indivíduos participantes. E, por oferecer uma conexão mais próxima com a realidade em análise, enfatizando a interpretação dos dados em seus contextos originais (cf. Gil,2002).

Pelo fato da pesquisa realizada em duas escolas localizadas em dois municípios buscou-se orientações pela metodologia de estudo de caso tendo em vista a seleção do caso a ser investigado, a definição de questões de pesquisa, a coleta de dados por meio de diferentes fontes (entrevistas, documentos) e uma análise dos dados coletados (Gil.2002).

Existem diversas abordagens para conduzir uma pesquisa qualitativa, de maneira geral, foi possível organizar o processo com base em três abordagens metodológicas: revisão da literatura, análise de documentos e condução de entrevistas. O propósito da revisão da literatura foi reunir e examinar trabalhos teóricos que discutem assuntos pertinentes à gestão escolar democrática e à formação de professores, enfatizando o estágio supervisionado.

O uso de entrevista como instrumento de pesquisa A utilização do instrumento de pesquisa por entrevista consiste em um processo organizado de questionamento, guiado por um roteiro que direciona o trabalho do pesquisador. As entrevistas podem ser definidas como estruturadas, não estruturadas e semiestruturadas. Nesta pesquisa foi realizada entrevista semiestruturada com os gestores das instituições mencionadas, com o objetivo de entender suas visões sobre a formação dos estagiários e a implementação de uma gestão escolar que promova a democracia.

A pesquisa documental se baseia na análise de fontes secundárias, como livros, artigos, teses e documentos, para a coleta e análise de dados. Nesta pesquisa incluiu os Regimentos Internos e os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) de duas instituições de ensino público localizadas nas cidades de Três Lagoas (MS) e Andradina (SP) para se, contemplados em documentos oficiais, a gestão escolar deve obrigatoriamente receber e orientar o estagiário e ou delegar para que tal ação se cumple.

A pesquisa bibliográfica também pode ser utilizada como uma etapa inicial da pesquisa qualitativa e quantitativa, auxiliando a formação de banco de dados por pesquisas já realizadas, na definição do problema de pesquisa, na revisão da literatura e na busca por temas ainda não pesquisados.

Inicialmente, foi realizada a busca em BTDT UFMS que integra o sistema nacional (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD-IBICT) e no site de pesquisas



SCIELO, que foram estruturados em um banco de dados, visando apoiar teoricamente o estudo.

Foi realizada a busca em BTDT UFMS que integra o sistema nacional (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD-IBICT), realizadas no período entre 2022 e 2024 as pesquisas sobre Estágio e Estágio Remunerado conforme Quadro abaixo:

Quadro 1 - Estágio em BTDT UFMS que integra o sistema nacional– BDTD-IBICT

Ano	Teses Estágio Obrigatório	Dissertações Estágio Obrigatório	Teses Estágio Remunerado	Dissertações Estágio Remunerado
2022	2	11	0	0
2023	3	9	0	0
2024	4	11	0	0

Fonte: elaborada pela pesquisadora

A busca por pesquisas relacionadas ao Estagio resultou em 9 Teses e 31 Dissertações de Estágio Obrigatório e a ausência de pesquisas em nível de pós-graduação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Quadro 2- Gestão Escolar e Democrática BTDT UFMS que integra o sistema nacional–BDTD-IBI

Ano	Teses Gestão escolar	Dissertações Gestão escolar	Teses Gestão democrática	Dissertações Gestão democrática
2022	3	6	1	2
2023	0	3	0	2
2024	3	8	1	0

Fonte: elaborada pela pesquisadora

Os dados em evidência apontaram no período de 2022 a 2024 pesquisas realizadas sobre Gestão Escolar em 6 Teses e 17 Dissertações e sobre a Gestão Escolar Democrática foram encontrados no período pesquisado 2 Teses e 4 Dissertações depositadas no banco da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. No entanto, não foi possível encontrar no período mencionado pesquisas em Teses e Dissertações sobre a relação entre o Estágio Remunerado e Gestão Escolar.

Nos documentos acima, a pesquisa foi realizada a partir de leituras em Resumos dos referidos documentos de pesquisas de Estagio foram registradas análises de base legal e sobre



os contextos da prática em situações diversas sobre o estágio sem fazer referência às iniciativas e interferências por parte da gestão das escolas estagiadas. E tal como em Gestão Escolar e Gestão Democrática os Resumos não foram encontrados pesquisas relacionadas a Gestão e Estágio. Isso aponta uma reflexão sobre a dissociação da área que envolve a coordenação do trabalho administrativo/pedagógico da escola e por sua vez, acaba acarretando uma limitação do futuro pedagogo para as situações em que, ao longo de sua atuação profissional, seja importante este tipo de reflexão.

DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS SOBRE O ESTÁGIO REMUNERADO

Nas escolas estagiadas-

A proposta da pesquisa foi em duas escolas pública, que ofertam a Educação Infantil e Ensino Fundamental pelo fato de o estágio remunerado ter realizado inicialmente acontecido no município de Andradina- SP e ter finalizado na cidade de Três Lagoas-MS. No entanto durante o Estágio não fui orientada a conhecer a proposta pedagógica da escola. Não foi apresentado os ambientes da escola e fui orientada a estagiar em uma sala inclusiva para o auxílio do professor.

Hoje, ao realizar a presente pesquisa fui buscar no Projeto Político ´- Pedagógico (PPP) das escolas estagiadas o que dizem sobre o Estágio, sobretudo o Estágio Remunerado. Isso porque o PPP pode ser um ponto de partida para ações emancipadoras e não para ações de controle, principalmente quando este sai do campo puramente da “ordem instituída” para propiciar, à gestão escolar e pedagógica a permanente reflexão e discussão dos problemas que interferem no trabalho dos profissionais dentro da escola ou mais especificamente dos professores dentro e fora da sala de aula (Veiga, 2004).

No entanto, não foi possível o acesso ao PPP da escola estagiada em Andradina-SP seja pela ausência do documento na escola no momento da busca e demais dificuldades do acesso ao documento.

Já na escola em Três Lagoas MS , constatou-se que o texto faz apenas uma alusão à comunidade externa da escola, pela presença de estagiário na instituição, não esclarecendo informações sobre a função, atribuições, parceria com qual Instituição e em qual contexto de atuação, bem como as exigências para a realização do estágio se sua atividade estava



vinculada a um plano de estágio ou a objetivos pedagógicos, e qual a sua conexão com a equipe pedagógica e administrativa e ou sua importância dentro da escola. A falta de dados mais abrangentes revela uma fragilidade na gestão de recursos humanos e na organização das funções escolares, uma vez que o PPP é o documento de Política local.

Também se buscou o Regimento Escolar por ser um documento normativo das escolas pertencente ao sistema de ensino. Este documento é elaborado pela equipe técnica da secretaria de educação normatizando a padronização da estrutura interna da escola, estabelecendo normas de operação, responsabilidades, direitos e obrigações dos profissionais. No entanto não há menção de Estágio e funções do estagiário na escola, o que compromete os direitos e deveres do estagiário no ambiente escolar.

Na Instituição Formadora do estudante estagiário

Como estudante do Curso de Pedagogia do Campus de Três Lagoas-UFMS os documentos e orientações sobre o Estágio estão publicizados na página da Instituição.

As normas vigentes que norteiam a realização dos estágios na instituição são:

Lei Federal nº 11.788/2008, que estabelece as diretrizes gerais sobre os estágios de estudantes em âmbito nacional e a Resolução UFMS nº 706/2022, que dispõe sobre os estágios de forma unificada em toda a Universidade.

O estágio deverá estar previsto no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) dos cursos de graduação da UFMS e ao referir sobre o estágio não obrigatório, o inciso II define: estágio não obrigatório realizado, por opção do estudante, para enriquecer a formação, sem vínculo com qualquer componente curricular do curso.

De acordo com o inciso II, o estágio não obrigatório possui caráter opcional e formativo, sendo uma atividade que visa complementar a formação acadêmica do estudante, permitindo-lhe vivenciar experiências práticas que contribuam para o desenvolvimento de competências profissionais. Embora não esteja vinculado a um componente curricular específico, o estágio não obrigatório representa uma oportunidade significativa de integração entre teoria e prática, ampliando o processo de aprendizagem e fortalecendo a relação entre universidade e mercado de trabalho.

Ao analisar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia do Câmpus de Três Lagoas (UFMS, 2023), observa-se que o documento contempla de forma detalhada sobre o estágio não obrigatório:



A realização de Estágio não Obrigatório não acarreta vínculo empregatício de qualquer natureza e poderá efetivar-se, desde que estabelecidas a matrícula e a frequência regular do estudante no curso.

E esclarece que:

Os estudantes só poderão iniciar o Estágio Não Obrigatório depois de cadastrar o Termo de Compromisso ou aditivo de estágio, elaborar o Plano de Atividades, entregar o Formulário de avaliação da concedente e o Relatório, a cada semestre, de atividades realizadas, descrito como uma atividade opcional voltada ao aprimoramento da formação teórico-prática, conforme o Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação da UFMS.

Em análise ao Regimento da Comissão de Orientação e Estágio (COE), observa-se que, desde o ano de 2022, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) adotou uma política de unificação normativa para regulamentar os estágios realizados em seus cursos de graduação. Dessa forma, tanto os estágios obrigatórios quanto os não obrigatórios passaram a seguir as mesmas diretrizes institucionais, assegurando padronização e coerência entre as diferentes unidades acadêmicas.

ENTREVISTAS COM A GESTORA DA ESCOLA E A PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ESTÁGIO DA INSTITUIÇÃO FORMADORA

As entrevistas foram realizadas por meio de um formulário digital, sendo respondidas pela gestora escola da escola estagiada de Três Lagoas e pela presidente da Comissão de Orientação e Estágio (COE) da UFMS conforme descritas abaixo:

1-Como comprehende o processo formativo docente do estagiário remunerado/não obrigatório?

Presidente da COE:

[] ainda que de adesão voluntária e frequentemente motivado pela remuneração — como uma experiência formativa que pode contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento profissional, pessoal e ético do estudante, ao possibilitar vivências concretas em contextos escolares e o contato inicial com a realidade da docência. Ainda que não componha a carga horária obrigatória do curso, o estágio não obrigatório é entendido como um espaço potencial de aprendizagem, desde que articulado aos fundamentos teóricos da formação inicial e acompanhado de orientação adequada.

[] Em síntese, para a COE, o estágio não obrigatório é um componente complementar de formação, que, quando conduzido com intencionalidade pedagógica, acompanhamento efetivo e respaldo institucional, contribui significativamente para o amadurecimento profissional, ético e reflexivo dos futuros professores.



Gestora escolar:

compreendo que processo formativo do estagiário remunerado é uma etapa essencial da construção da identidade profissional docente. É por meio desse momento que os estagiários terão um espaço de aprendizagem prática, reflexiva e onde conseguirão integrar teoria e prática, proporcionando ao mesmo, vivenciar o cotidiano escolar e todas as suas complexidades. Assim, também acredito que seja momento decisivo da escola profissional do mesmo. [] Assim, comprehende-se que o estágio é uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que buscamos contribuir para o desenvolvimento profissional do estagiário, o mesmo enriquece nosso ambiente escolar, traz novas perspectivas, energia e possibilidades de inovação.

Na Unidade que atuo temos a visão que o estagiário é peça fundamental, pensando na Formação de nossos futuros professores que já trarão em sua bagagem uma boa experiência e formação.

2-Qual a orientação e acompanhamento pedagógico oferecido ao estagiário remunerado?

Presidente da COE:

O acompanhamento pedagógico dos estagiários não obrigatórios é um dos maiores desafios enfrentados pela COE do curso de Pedagogia da UFMS/CPTL, sobretudo em razão do número elevado de estudantes vinculados (mais de 80 atualmente) e das limitações de carga horária do docente para tal. O acompanhamento individualizado é, portanto, quase inviável de forma contínua.

No âmbito institucional, existem meios de orientação formalizados pela UFMS e pela COE:

A página oficial de estágios da UFMS (<https://estagio.ufms.br/>), que reúne, na aba “Legislação”, as normas e resoluções vigentes aplicáveis a todos os estágios. A página do curso de Pedagogia – CPTL/UFMS (<https://cptl.ufms.br/pedagogia-licenciatura-noturno/>), que possui uma seção exclusiva sobre estágios obrigatórios e não obrigatórios, com documentos e informações atualizadas.

A COE mantém canais institucionais permanentes de comunicação com os estagiários, por meio de e-mail institucional e de telefone exclusivo, disponibilizado pela professora orientadora para atendimento específico aos estudantes em estágio.

[] Foi criado desde 2023, o projeto de ensino “Indução profissional no curso de Pedagogia: ações e proposições integradas aos estágios obrigatórios e não obrigatório”, que visa integrar e fortalecer a orientação pedagógica entre as diferentes modalidades de estágio. [] Foi elaborado pela COE o Manual de Estágio do curso de Pedagogia (UFMS/CPTL).[] Em 2024, destacaram-se viagens institucionais a municípios do interior do Estado de São Paulo, com o objetivo de fortalecer a presença da UFMS nos campos de estágio, esclarecer dúvidas das escolas concedentes e coletar feedbacks sobre as experiências formativas.

Gestora Escolar:

O estagiário remunerado recebe orientação da gestão e da coordenação pedagógica, que acompanham seu trabalho de forma contínua. São realizados momentos de acolhimento, explicação da rotina e das normas da escola, assim que se apresentam na Unidade, além de orientações pedagógicas e devolutivas formativas. O acompanhamento inclui observações, feedbacks e participação em reuniões e formações, garantindo que o estágio seja um espaço de aprendizado prático e de desenvolvimento profissional.



3-Cite duas dificuldades apresentadas pelo estagiário remunerado?

Presidente da COE:

Identifica que o estagiário remunerado/não obrigatório enfrenta dificuldades de ordem institucional e formativa, além de desafios pessoais e pedagógicos. [] Essas condições revelam que, embora o estágio não obrigatório possa ser uma oportunidade de inserção profissional, ele ainda carece de maior regulamentação institucional e integração pedagógica para garantir que a experiência se traduza efetivamente em formação docente — não se configurando, como muitas vezes ocorre, em mero uso de mão de obra barata disfarçada de experiência formativa.

Gestora escolar:

Percebo que os mesmos apresentam, quando ainda estão em dúvida quanto à decisão de seguir o curso ou por realizá-lo apenas para ter graduação, limitações na comunicação e no trabalho em equipe, muita das vezes por falta de maturidade profissional. Também observamos que muitos, em destaque para aqueles que realizam graduação de forma à distância, a dificuldade em articular teoria e prática: muitos têm insegurança ou mesmo a falta da parte teórica para aplicar na rotina escolar os conhecimentos adquiridos na formação acadêmica, especialmente diante de situações reais e imprevisíveis.

4-Cite duas dificuldades para a formação da docência do estagiário remunerado?

Presidente da COE:

A primeira dificuldade refere-se à ausência de um momento formal de regência e de sistematização reflexiva da prática. A segunda dificuldade diz respeito ao caráter informal e circunstancial dessas aprendizagens, que dependem fortemente do contexto, da função desempenhada e do grau de abertura da escola para acolher o estagiário como alguém em formação.

Gestora escolar:

Acredito que as dificuldades para a formação são prejudicadas quando o estágio ocorre em horário diferente do professor regente, pois o estagiário deixa de acompanhar o planejamento, as intervenções pedagógicas e as estratégias de ensino desenvolvidas em sala, limitando sua compreensão do processo educativo.

Análise das entrevistas:

A resposta da presidente da COE apresenta uma compreensão mais institucional e estruturada sobre esse processo, destacando que o estágio não obrigatório, mesmo sendo opcional e frequentemente motivado pela remuneração, pode assumir um papel formativo importante desde que articulado aos fundamentos teóricos e respaldado por acompanhamento adequado.

No entanto, a comissão alerta para desafios significativos, como o ingresso precoce dos estudantes, muitas vezes ainda no início da graduação, a falta de base teórica para lidar com a



complexidade da docência e as limitações de acompanhamento decorrentes do número elevado de estagiários e da carga horária reduzida para orientação. Tais condições podem fazer com que o estágio se transforme em uma experiência prática desvinculada da intencionalidade pedagógica necessária à formação docente.

Ao analisar as respostas da gestora escolar, observa-se que o estágio remunerado é compreendido como uma etapa essencial da construção da identidade profissional docente, marcada pela integração entre teoria e prática e pela vivência do cotidiano escolar. Para ela, o estagiário é parte fundamental do processo educativo, sendo acolhido pela equipe, orientado continuamente, incluído em formações e acompanhado por meio de diálogos e devolutivas formativas. Esse movimento evidencia uma concepção de formação compartilhada, em que o estagiário não assume apenas funções auxiliares, mas participa como sujeito ativo do processo educativo. A gestora destaca ainda, que o estágio é uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que aprende, o estagiário também contribui para o ambiente escolar, trazendo novas perspectivas, energia e possibilidades de inovação.

De modo geral, as respostas revelam que tanto a escola quanto a COE reconhecem o potencial formativo do estágio remunerado, mas destacam os desafios que precisam ser enfrentados para que a experiência contribua de forma efetiva para a formação inicial do futuro professor.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou investigar a relação que a gestão escolar estabelece como o estagiário não obrigatório remunerado durante a formação inicial de professores. Com base em documentos institucionais, entrevistas e referências teóricas que discutem a gestão democrática e a formação de educadores, os dados coletados mostram que, mesmo que o estágio remunerado seja uma prática bastante comum e importante para os estudantes de Pedagogia, ainda falta uma regulamentação específica e uma abordagem formativa tanto nas escolas quanto nos documentos institucionais.

Foi observado que a gestão escolar tem um papel fundamental na integração dos estagiários no ambiente escolar. A forma como recebem, orientam e oferecem oportunidades formativas impacta diretamente na experiência e no desenvolvimento profissional dos alunos. Contudo, também foi identificado que diversas instituições de ensino carecem de diretrizes explícitas sobre as funções dos estagiários remunerados, o que limita sua participação e aprendizado ou, em certas situações, impõe atividades que excedem os limites legais do estágio, resultando em exploração da força de trabalho dos estudantes.

No contexto universitário, percebeu-se que, apesar do estágio não obrigatório ser reconhecido e regulamentado pela UFMS, persistem desafios em relação à orientação pedagógica. O grande número de estagiários, a localização geográfica em que residem alguns estagiários e a ausência de momentos formativos institucionais dificultam uma supervisão mais próxima e reflexiva, que é essencial para vincular teoria e prática, um aspecto central na formação de educadores, conforme apontado autores que subsidiaram a escrita do texto.

Adicionalmente, a poucas pesquisas acadêmicas específicas sobre o estágio remunerado na formação de docentes, evidenciada na busca por teses e dissertações, mostra que esse tema continua pouco explorado, apesar de sua crescente importância no contexto educacional e econômico. Essa lacuna destaca a urgência de fomentar discussões, investigações e políticas que garantam que o estágio remunerado seja visto não apenas como uma fonte de renda para os alunos, mas como uma prática educativa de qualidade, compatível com as Diretrizes da Formação Inicial e as exigências da profissão docente.

Os relatos obtidos durante as entrevistas revelam tanto as potencialidades quanto às limitações desse tipo de estágio. Por um lado, a escola reconhece a importância da experiência prática e tenta acolher e guiar o estagiário, por outro, a COE aponta que a falta de conexão entre



a universidade e a escola, juntamente com a inserção precoce dos alunos no estágio, restringe a formação da identidade docente. Assim, a formação inicial proporcionada pelo estágio remunerado é caracterizada por aprendizagens significativas, mas também por desafios que podem impactar o crescimento profissional do futuro educador.

Portanto, chega-se à conclusão de que o estágio não obrigatório com remuneração é também um espaço relevante de formação, desde que acompanhado de uma intencionalidade pedagógica, políticas de integração entre universidade e escola, transparência nas instituições e respeito aos direitos legais dos alunos.

A gestão escolar deve, nesse processo, assumir sua função formativa, oferecendo apoio, orientação e condições adequadas para a aprendizagem. De maneira similar, a Instituição Formadora e Instituição Contratante devem reforçar os mecanismos de acompanhamento, fortalecer ou talvez, construir o diálogo com as instituições que recebem estagiários e reconhecer, de forma mais sistemática, os impactos da modalidade desse estágio na formação de professores.

Assim, esta pesquisa destaca a necessidade urgente de reconsiderar o papel do estágio remunerado na formação inicial do professor assegurando que sua atuação transcendia o âmbito assistencial, empregatício e se transforme em um ambiente de reflexão, formação de identidade, entendimento das sutilezas do trabalho docente e reforço da prática educativa. A expectativa é que este estudo colabore a iniciar a discussão acadêmica e promova novas investigações e iniciativas que valorizem o estagiário como um indivíduo em processo de formação, garantindo experiências educativas éticas, humanizadas e de qualidade pedagógica.

Considera-se também que a relação gestão/estagiário permanece delicada, já que nos documentos oficiais da escola ainda se vê em aberto sobre a posição do estagiário no ambiente escolar, no qual ainda há falta de formação por parte da contratante e contratada. Além disso, a falta de comunicação entre essas duas instituições afeta diretamente na formação do aluno, fazendo com que o seu desenvolvimento não seja de fato integral e humanizador.

Afinal o estagiário remunerado precisa usufruir dos direitos de aluno de uma Instituição Formadora de Professores! A Instituição Contratante precisa desmistificar o caráter empregatício do estagiário remunerado e a gestão da escola estagiada precisa apresentar o futuro local para o exercício da profissão!



REFERÊNCIAS

ALVES, V. P.; SANCHEZ, A. B.; MAGALHÃES, C. O estágio supervisionado no curso de pedagogia: “E quem já é professor”? Vivências e experiências da prática de estágio. Revista eletrônica Pro-Docência/UEL. Edição nº 4, vol. 1, jul./dez. 2013.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 26 set 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm. Acesso em: 27/03/2025.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em 01.mai.2025

BRASIL INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 213, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019 Publicado em: 18/12/2019 | Edição: 244 | Seção: 1 | Página: 33 Órgão: Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal

BORDIGNON, G.; GRACINDO, R. Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2006.

CORREIA DOS SANTOS, Gessyca. A gestão escolar e sua interface com o trabalho docente: sentidos e significados. In: CORREIA DOS SANTOS, Gessyca. A gestão escolar e sua interface com o trabalho docente: sentidos e significados. 2016. Dissertação (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de mestre.) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, [S. l.], 2016.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Professor: sujeito de práxis. In: FARIAS, Isabel Maria Sabino de (Org.). *Didática e formação de professores: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2009. p. 57–78.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org). Gestão democrática da educação: Atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1999.

FRANÇA, D. S. Formação de professores A parceria Escola-Universidade e os Estágios de Ensino. UniRevista, vol. 1, nº 2, 2005.

HADDAD, Maria Angélica. Anais do I Encontro Nacional de Estágios – aspectos éticos e legais. Curitiba: UFPR, 25 a 28 de agosto de 1997.

LIMA, F., Santos, V. L., & Giareta, P. (2020). As contribuições do estágio não obrigatório na formação inicial do pedagogo docente. *Pesquisas E Práticas Educativas*, 1, e202001. <https://doi.org/10.47321/PePE.2675-5149.2020.1.e202001>. Acesso em: 29 jul. 2025



LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola. Goiânia, GO: Alternativa, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções. Revista Poésis, v. 3, n.3 e 4, p.5-24, 2005/2006. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/poiesis/article/view/10542>. Acesso em: 29 jul.2025

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na Formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RAUSCH, Rita Buzzi. CORREIA, Zeni. Relação entre reflexividade e pesquisa na formação de professores: a compreensão de professores formadores. Belo Horizonte, UFMG. Anais XV ENDIPE (Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino), 2010.

SANTOS, Ana Lídia de Oliveira; SILVA, João Henrique da. ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO E O CURSO DE PEDAGOGIA: Dilemas e desafios na formação inicial e educação especial. Revista Cocar. p. 01-22. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3497>. Acesso em: 29 jul.2025.

SILVESTRE, Magali Aparecida. A gestão escolar e a participação nos processos de tomada de decisão: relações de poder na escola. Rev. Parlamento e Sociedade, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 79-92, jan./jun. 2016

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 17 ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.